

**PARECER HOMOLOGADO**  
**Portaria nº 254, publicada no D.O.U. de 12/4/2022, Seção 1, Pág. 63.**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO**

<b>INTERESSADO:</b> IEJUR – Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação Ltda.		<b>UF:</b> DF
<b>ASSUNTO:</b> Credenciamento da Faculdade Alves Lima (FAAL), com sede em Brasília, no Distrito Federal, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância.		
<b>RELATOR:</b> Joaquim José Soares Neto		
<b>e-MEC Nº:</b> 201931670		
<b>PARECER CNE/CES Nº:</b> 700/2021	<b>COLEGIADO:</b> CES	<b>APROVADO EM:</b> 9/12/2021

## I – RELATÓRIO

Trata-se do pedido de credenciamento da Faculdade Alves Lima (FAAL), com sede em Brasília, no Distrito Federal, para a oferta de cursos superiores na modalidade Educação a Distância (EaD).

As informações a seguir, extraídas do Parecer Final da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), contextualizam o histórico do processo de credenciamento da Instituição de Educação Superior (IES):

[...]

### 1. DADOS DO PROCESSO

*Processo de Credenciamento EaD nº: 201931670*

*Dados da Mantenedora*

*Código da Mantenedora: 17489*

*CNPJ: 34.860.487/0001-02*

*Razão Social: IEJUR - EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO E POS-GRADUACAO LTDA*

*Dados da Mantida*

*Código da Mantida: 25133*

*Nome/Sigla da Mantida: FACULDADE ALVES LIMA*

*Endereço: St. G Sul Q CS CSG 9, Taguatinga Sul (Taguatinga), DF. CEP 72035509.*

*Não credenciada para a oferta de cursos de graduação e pós-graduação lato sensu na modalidade presencial.*

*A Mantenedora protocolou no sistema e-MEC o presente Processo de Credenciamento EaD da Mantida, juntamente com o seguinte pedido de autorização de curso vinculada ao credenciamento EaD:*

<i>Processo nº</i>	<i>Código do Curso</i>	<i>Curso</i>
<i>201931727</i>	<i>1510639</i>	<i>SERVIÇOS JURÍDICOS (experimental)</i>

*O processo em análise tem por finalidade o credenciamento institucional da Mantida, pelo Poder Público, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Para tanto, o processo será instruído com análise documental, avaliação externa in loco realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), parecer da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres) do Ministério da Educação e parecer do Conselho Nacional da Educação (CNE), a ser homologado pelo Ministro de Estado da Educação.*

## **2. DA INSTRUÇÃO DOCUMENTAL**

*Após o protocolo, os documentos instruídos no processo, em conformidade com as normas vigentes, serão submetidos à análise da coordenação-geral competente, o qual será responsável por exarar o despacho saneador.*

*Em 27/07/2020, a fase de despacho saneador foi concluída com resultado PARCIALMENTE SATISFATÓRIO.*

## **3. DA AVALIAÇÃO IN LOCO**

*Em atendimento ao disposto no Decreto nº 9.235/2017, nas Portarias Normativas MEC nº 23/2017, republicada no DOU de 03/09/2018, e nº 11/2017, o processo de credenciamento EaD foi encaminhado ao Inep para a avaliação in loco. A avaliação seguiu os procedimentos previstos no Instrumento de Avaliação Institucional Externa – Credenciamento, presencial e a distância, publicado em outubro de 2017.*

*O Instrumento de Avaliação de 2017 contempla as 10 dimensões determinadas pelo art. 3º da Lei do SINAES: a missão e o plano de desenvolvimento institucional (PDI); a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão; a responsabilidade social da instituição; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal; a organização e gestão da instituição; a infraestrutura física; o planejamento e a avaliação; as políticas de atendimento aos estudantes; a sustentabilidade financeira. As dimensões foram agrupadas por afinidade em cinco eixos, com indicadores que apresentam elementos de avaliação e os respectivos critérios de análise e verificação.*

*É importante ressaltar que os conceitos obtidos nas avaliações não garantem, intrinsecamente, o deferimento do ato autorizativo, mas subsidiam a Secretaria em suas decisões regulatórias.*

*A avaliação efetuada no âmbito do presente processo ocorreu no período de 17/05/2021 a 19/05/2021, no endereço: Quadra CSG 9, Q CS CSG 9 Taguatinga Sul (Taguatinga). Brasília - DF, tendo como resultado o relatório de avaliação de código 161997.*

*Após a avaliação externa, sob a responsabilidade do Inep, o processo prossegue para a fase de manifestação da instituição e da Seres. Como resultado, o protocolo poderá ser encaminhado para a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA), quando impugnada a avaliação, ou seguirá para a apreciação desta Secretaria, que analisará os elementos da instrução documental, a avaliação do Inep e o mérito do pedido para elaboração do Parecer Final, com base em padrões decisórios definidos nas normas.*

*Com relação à fase de manifestação, tanto a Secretaria quanto a IES não impugnaram o Relatório de Avaliação.*

*É necessário observar que os conceitos das dimensões estão diretamente relacionados aos dos indicadores. Em decorrência disso, temos como resultado da avaliação externa o exposto no quadro 1 a seguir:*

<i>Quadro 1: Conceitos Final e dos Eixos do Relatório de Avaliação</i>	
<i>Eixo/Conceito Final</i>	<i>Conceito</i>
<i>Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional</i>	3,67
<i>Eixo 2: Desenvolvimento institucional</i>	3,86
<i>Eixo 3: Políticas acadêmicas</i>	4,89
<i>Eixo 4: Políticas de gestão</i>	4,86
<i>Eixo 5: Infraestrutura</i>	3,83
<i>Conceito Final Faixa</i>	4,0

*As sínteses elaboradas pela Comissão de Avaliação in loco, para corroborar a atribuição dos conceitos, poderão ser consultadas diretamente no processo e-MEC em análise.*

#### **4. CONSIDERAÇÕES DA SERES**

##### **4.1. Das normas aplicáveis**

*Com o intuito de aperfeiçoar os procedimentos, desburocratizar fluxos e aprimorar a qualidade da atuação regulatória do Ministério da Educação, exarou-se o Decreto nº 9.235/2017, publicado no DOU de 18 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.*

*Com efeito, a Portaria Normativa nº 20/2017, republicada no DOU de 3 de setembro de 2018, estabeleceu os procedimentos e o padrão decisório aplicados aos processos regulatórios das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.*

*Os arts. 3º e 5º da referida PN nº 20/2017 estabelecem os critérios utilizados pela Seres para analisar e decidir os processos de credenciamento EaD na fase do Parecer Final, in verbis:*

*Art. 3º Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de credenciamento e credenciamento terá como referencial o Conceito Institucional - CI e os conceitos obtidos em cada um dos eixos avaliados, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas impostas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios:*

*I - CI igual ou maior que três;*

*II - Conceito igual ou maior que três em cada um dos eixos contidos no relatório de avaliação externa in loco que compõem o CI;*

*III - plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes;*

*IV - Atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente; e*

*V - Certidão negativa de débitos fiscais e de regularidade com a seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.*

*Parágrafo único. Será considerado como atendido o critério contido no inciso II deste artigo na hipótese de obtenção de conceito igual ou superior a 2,8 em um eixo, desde que os demais eixos e o conceito final sejam iguais ou superiores a 3,0.*

*(...)*

*Art. 5º O pedido de credenciamento EaD será indeferido, mesmo que atendidos os critérios estabelecidos pelo art. 3º desta Portaria Normativa, caso os seguintes indicadores obtiverem conceito insatisfatório igual ou menor que dois:*

*I - PDI, política institucional para a modalidade EaD;*

*II - Estrutura de polos EaD, quando for o caso;*

*III - Infraestrutura tecnológica;*

*IV - Infraestrutura de execução e suporte;*

*V - Recursos de tecnologias de informação e comunicação;*

*VI - Ambiente Virtual de Aprendizagem AVA; e*

*VII - Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física, quando for o caso.*

*Parágrafo único. A SERES poderá indeferir o pedido de credenciamento caso o relatório de avaliação evidencie o descumprimento dos percentuais mínimos de titulação do corpo docente definidos para cada organização acadêmica.*

#### *4.2. Da análise do mérito*

*Considerando a análise documental e o resultado do relatório de avaliação, constata-se que o pedido atendeu, no âmbito sistêmico e global, suficientemente aos requisitos legais e normativos dispostos na legislação vigente, obtendo, em regra geral, médias satisfatórias nos indicadores avaliados e, portanto, não impeditivas para o seu deferimento, conforme elencado abaixo:*

<i>Portaria Normativa nº 20/2017</i>	<i>Requisito</i>	<i>Resultado da Análise</i>
<i>CONCEITOS</i>		
<i>Art. 3º, I</i>	<i>Conceito Institucional igual ou maior que três;</i>	<i>Atendimento do quesito. Obteve conceito final maior que 3, conforme apresentado no quadro 1, do título 3, do presente parecer.</i>
<i>Art. 3º, II e parágrafo único</i>	<i>Conceito igual ou maior que três em cada um dos eixos contidos no relatório de avaliação externa in loco que compõem o Conceito Institucional. Obs.: Conforme dita o parágrafo único, do art. 3º, da Portaria Normativa nº 20/2017, será considerado como atendido esse critério na hipótese de obtenção de conceito igual ou superior a 2,8 em um único eixo, desde que os demais eixos, e o conceito final, sejam iguais ou superiores a 3.</i>	<i>Atendimento do quesito. Obteve conceitos maiores do que 3 nos cinco eixos, conforme apresentado no quadro 1, do título 3, do presente parecer.</i>
<i>DOCUMENTAÇÃO</i>		
<i>Art. 3º, III</i>	<i>Plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação em vigor, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes; ou alvará de funcionamento válido à época do carregamento no sistema e-MEC (regra válida para documentos anexados a partir de 1º/01/2019)</i>	<i>Documentação inserida no presente processo.</i>
<i>Art. 3º, IV</i>	<i>Atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por</i>	<i>Documentação inserida no presente processo</i>

	<i>órgão público competente; ou alvará de funcionamento válido à época do carregamento no sistema e-MEC (regra válida para documentos anexados a partir de 1º/01/2019)</i>	
<i>Art. 3º, V</i>	<i>Certidão negativa de débitos fiscais e de regularidade com a seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço</i>	<i>Documentação inserida no presente processo.</i>
<b>INDICADORES</b>		
<i>Art. 5º, I</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 2.6: PDI, Política Institucional para a Modalidade EaD</i>	<i>Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação.</i>
<i>Art. 5º, VII</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 5.7: Laboratórios, Ambientes e Cenários para Práticas Didáticas - Infraestrutura Física</i>	NSA
<i>Art. 5º, II</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 5.13: Estrutura de Polos EaD;</i>	NSA
<i>Art. 5º, III</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 5.14: Infraestrutura Tecnológica;</i>	<i>Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação.</i>
<i>Art. 5º, IV</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 5.15: Infraestrutura de Execução e Suporte;</i>	<i>Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação.</i>
<i>Art. 5º, V</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 5.17: Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação;</i>	<i>Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação.</i>
<i>Art. 5º, VI</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 5.18: Ambiente Virtual de Aprendizagem.</i>	<i>Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação.</i>

### 5. DO CURSO EaD VINCULADO

*Por oportuno, é necessário informar que os pedidos de autorização dos cursos pleiteados passam por apreciação da Seres, que analisa, com base em padrões decisórios definidos em normativo próprio, os elementos da instrução processual, a avaliação do Inep e o mérito do pedido para preparar seu parecer. O parecer final do curso EaD vinculado, que se encontra anexo a este, apresenta a seguinte deliberação:*

<i>Processo nº</i>	<i>Código do Curso</i>	<i>Curso</i>	<i>Resultado do Parecer da Seres</i>
<i>201931727</i>	<i>1510639</i>	<i>SERVIÇOS JURÍDICOS (experimental)</i>	<i>Deferimento</i>

### 6. CONCLUSÃO

*Diante do exposto, e por estar em consonância com os requisitos dos Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e nos termos das Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, esta Secretaria manifesta-se pelo deferimento do pedido de credenciamento institucional para oferta de cursos superiores na modalidade à distância, conforme dados a seguir:*

*Dados da Mantenedora*

*Dados da Mantenedora*

*Código da Mantenedora: 17489*

*CNPJ: 34.860.487/0001-02*

*Razão Social: IEJUR - EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO E POS-GRADUACAO LTDA*

*Dados da Mantida*

*Código da Mantida: 25133*

*Nome/Sigla da Mantida: FACULDADE ALVES LIMA*

*Endereço: St. G Sul Q CS CSG 9, Taguatinga Sul (Taguatinga), DF. CEP 72035509.*

*Coordenação Geral de Regulação da Educação Superior a Distância  
COREAD/DIREG/SERES/MEC*

*ANEXO*

*MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO  
SUPERIOR  
DIRETORIA DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR  
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGULAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR A  
DISTÂNCIA*

*PARECER FINAL*

*Assunto: Autorização de curso superior na modalidade de Educação a Distância (EaD).*

*Processo vinculado ao Credenciamento EaD nº 201931670*

*1. DADOS DO PROCESSO*

*Processo e-MEC: 201931727*

*Mantida*

*Nome: FACULDADE ALVES LIMA*

*Código da IES: 25133*

*Endereço da sede: Quadra CSG 9, Q CS CSG 9, St. G Sul Q CS CSG 9, Taguatinga Sul (Taguatinga), Brasília/DF, 72035509*

*Mantenedora*

*Razão Social: IEJUR - EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO E POS-GRADUACAO LTDA*

*Código da Mantenedora: 17489*

*Curso*

*Denominação: SERVIÇOS JURÍDICOS - TECNOLÓGICO*

*Código do Curso: 1510639 - SERVIÇOS JURÍDICOS - (experimental)*

*Modalidade: Educação a distância (EaD).*

*Vagas totais anuais (processo): Turno: Não aplica - Vagas: 2000*

*Carga horária (processo): Turno: Não aplica - Ch: 1750 horas*

*2. DA INSTRUÇÃO DOCUMENTAL*

*O processo em análise tem por finalidade a autorização de curso superior, na modalidade EaD, pelo poder público.*

*Respeitando o fluxo processual estabelecido pela Portaria Normativa nº 23/2017, o processo foi analisado inicialmente quanto à instrução processual, sendo o curso, posteriormente, avaliado in loco pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).*

*O relatório resultante dessa apreciação oferece subsídios para a elaboração do presente parecer por esta Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES), que motivará a expedição de portaria pelo Secretário.*

*Em 27/07/2020, o processo teve a fase do despacho saneador concluída com resultado PARCIALMENTE SATISFATÓRIO quanto às exigências da instrução processual estabelecidas na forma do Decreto nº 9.235/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 23/2017.*

### **3. DA AVALIAÇÃO IN LOCO**

*Em atendimento ao disposto no Decreto nº 9.235/2017, nas Portarias Normativas MEC nº 23/2017, republicada no DOU de 03/09/2018, e nº 11/2017, o processo foi encaminhado ao Inep para a avaliação in loco.*

*A avaliação seguiu os procedimentos previstos no Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância – Autorização, publicado em outubro de 2017, contemplando as três dimensões previstas no Sinaes, constantes no Projeto Pedagógico do Curso (PPC): Organização Didático-Pedagógica, Corpo Docente e Tutorial e Infraestrutura.*

*É importante ressaltar que os conceitos obtidos nas avaliações não garantem, intrinsecamente, o deferimento do ato autorizativo, mas subsidiam a Secretaria em suas decisões regulatórias.*

*A avaliação efetuada no âmbito do presente processo ocorreu no período de 10/05/2021 a 11/05/2021, no endereço: Quadra CSG 9, Q CS CSG 9, St. G Sul Q CS CSG 9, Taguatinga Sul (Taguatinga), Brasília/DF, tendo como resultado o relatório de avaliação de código 161998.*

*Após a avaliação externa, sob a responsabilidade do Inep, o processo prossegue para a fase de manifestação da instituição e da Seres. Como resultado, o protocolo poderá ser encaminhado para a Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA), quando impugnada a avaliação, ou seguirá para a apreciação desta Secretaria, que analisará os elementos da instrução documental, a avaliação do Inep e o mérito do pedido para elaboração do Parecer Final, com base em padrões decisórios definidos nas normas.*

*Com relação à fase de manifestação, tanto a Secretaria quanto a IES não impugnaram o Relatório de Avaliação.*

*Em decorrência disso, temos como resultado da avaliação externa, o exposto no quadro 1 a seguir:*

<i>Quadro 1: Conceitos Final e das dimensões do Relatório de Avaliação</i>	
<i>Dimensão /Conceito Final</i>	<i>Conceito</i>
<i>Dimensão 1 - Organização Didático-Pedagógica</i>	<i>4.06</i>
<i>Dimensão 2 - Corpo Docente e Tutorial</i>	<i>3.86</i>
<i>Dimensão 3 - Infraestrutura</i>	<i>3.43</i>
<i>Conceito Final</i>	<i>04</i>

*As sínteses elaboradas pela Comissão de Avaliação in loco para corroborar a atribuição dos conceitos poderão ser consultadas diretamente no processo e-MEC em análise.*

#### **4. CONSIDERAÇÕES DA SERES**

##### **4.1. Das normas aplicáveis**

*Com o intuito de aperfeiçoar os procedimentos, desburocratizar fluxos e aprimorar a qualidade da atuação regulatória do Ministério da Educação, exarou-se o Decreto nº 9.235/2017, publicado no DOU de 18 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.*

*Com efeito, a Portaria Normativa nº 20/2017, republicada no DOU de 03 de setembro de 2018, estabeleceu os procedimentos e o padrão decisório aplicados aos processos regulatórios das instituições de educação superior do sistema federal de ensino.*

*O art. 13, da referida PN nº 20/2017, estabeleceu os critérios utilizados por esta Seres para decisão dos processos de autorização de curso EaD, na fase do Parecer Final, in verbis:*

*Art. 13. Na fase de parecer final, a análise dos pedidos de autorização terá como referencial o Conceito de Curso - CC e os conceitos obtidos em cada uma das dimensões, sem prejuízo de outras exigências previstas na legislação e de medidas aplicadas no âmbito da supervisão, observando-se, no mínimo e cumulativamente, os seguintes critérios:*

*I - obtenção de CC igual ou maior que três;*

*II - obtenção de conceito igual ou maior que três em cada uma das dimensões do CC; e*

*III - para os cursos presenciais, obtenção de conceito igual ou maior que três nos seguintes indicadores:*

*a) estrutura curricular; e*

*b) conteúdos curriculares;*

*IV - para os cursos EaD, obtenção de conceito igual ou maior que três nos seguintes indicadores:*

*a) estrutura curricular;*

*b) conteúdos curriculares;*

*c) metodologia;*

*d) AVA; e*

*e) Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC.*

*§ 1º O não atendimento aos critérios definidos neste artigo ensejará o indeferimento do pedido.*

*§ 2º A SERES poderá indeferir o pedido de autorização caso o relatório de avaliação evidencie o descumprimento dos seguintes requisitos:*

*I - Diretrizes Curriculares Nacionais, quando existentes;*

*II - carga horária mínima do curso.*

*§ 3º Da decisão de indeferimento da SERES, caberá recurso ao CNE, nos termos do Decreto nº 9.235, de 2017.*

*§ 4º Será considerado como atendido o critério contido no inciso II deste artigo na hipótese de obtenção de conceito igual ou superior a 2,8 em uma única dimensão, desde que as demais dimensões e o conceito final sejam iguais ou superiores a 3,0.*



§ 5º Para os cursos de Direito, além do disposto no caput, será considerada como requisito mínimo a obtenção de CC igual ou maior que 4.

§ 6º Em caso de adesão da IES ao Programa de Estímulo à Restruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior - PROIES, a autorização de curso fica condicionada à inexistência de vedação.

§ 7º Na hipótese de admissibilidade do pedido de autorização nos termos previstos no § 2º do art. 10 desta Portaria, em que tenha ocorrido a divulgação de novo indicador de qualidade institucional insatisfatório, o deferimento do pedido fica condicionado à obtenção de CC igual ou maior que quatro, sem prejuízo dos demais requisitos.

§ 8º A SERES poderá sobrestar pedidos de autorização de cursos protocolados por IES que tenha processo de credenciamento com protocolo de compromisso instaurado, até a conclusão da fase de parecer final pós-protocolo, com sugestão de deferimento. (Redação dada pela Portaria Normativa nº 741, de 2018)

§ 9º Nos casos previstos no parágrafo anterior em que o resultado da avaliação externa in loco pós-protocolo de compromisso seja insatisfatório, a SERES poderá indeferir o pedido de autorização, independentemente do CC obtido.

#### 4.2. Da análise do pedido

No caso específico da modalidade a distância, cabe salientar que, conforme estipula o artigo 8º, § 1º, da Portaria Normativa nº 11, de 20 de junho de 2017, a oferta de cursos superiores a distância, sem previsão de atividades presenciais, inclusive por IES detentoras de autonomia, fica condicionada à autorização prévia pela Seres atendidas às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e às normas específicas a serem expedidas pelo MEC.

#### Art. 8º

(...)

§ 1º A oferta de cursos superiores a distância sem previsão de atividades presenciais, inclusive por IES detentoras de autonomia, fica condicionada à autorização prévia pela SERES, após avaliação in loco no endereço sede, para comprovação da existência de infraestrutura tecnológica e de pessoal suficientes para o cumprimento do PPC, atendidas as DCN e normas específicas expedidas pelo MEC.

Isto posto, considerando-se que não foram expedidas normas específicas para orientar a instrução e análise de pedidos de autorização de cursos superiores EaD sem atividades presenciais obrigatórias, esclarecemos que o projeto pedagógico do curso em voga está estruturado de acordo com a previsão legal e contempla tais atividades.

Deve-se observar o que prevê o art. 14, da Portaria Normativa nº 20/2017, no tocante ao número de vagas:

Art. 14. Na definição do número de vagas autorizadas, a SERES considerará:

I - o número de vagas solicitado pela IES; e

II - o conceito obtido no indicador referente a número de vagas do instrumento de avaliação externa in loco.

§ 1º Na hipótese de obtenção de conceitos maiores ou iguais a três no indicador descrito no inciso II, o pedido será deferido com o quantitativo solicitado.

§ 2º A SERES redimensionará o número de vagas solicitado pela IES, nos casos de obtenção de conceitos insatisfatórios, menores que três, no indicador mencionado no inciso II nas seguintes proporções:

I - obtenção de conceito 2 no indicador “Número de vagas”: redução de 25%;

e

II - obtenção de conceito 1 no indicador “Número de vagas”: redução de 50%.

*Diante disso, o número de vagas solicitado pela instituição será redimensionado, pois obteve conceito insatisfatório no indicador 1.20 – Número de vagas - do instrumento de avaliação externa. No presente processo, o conceito atribuído foi o 2, o que resulta em um decréscimo de 500 vagas, que representa 25% do total pleiteado. Por conseguinte, ficam autorizadas 1500 vagas totais anuais.*

#### *4.3. Da análise do mérito*

*O relatório produzido pela comissão de especialistas do Inep, decorrente da avaliação in loco realizada, resultou no conceito final 04. As dimensões previstas no instrumento de avaliação também obtiveram conceitos satisfatórios individualmente, conforme se verifica no quadro 1 do título 3 deste parecer.*

*Acerca das exigências previstas no art. 13, da Portaria Normativa nº 20/2017, seguem os devidos esclarecimentos:*

<i>Portaria Normativa nº 20/2017</i>	<i>Requisito</i>	<i>Resultado da Análise</i>
<i>Art. 13, I</i>	<i>Conceito de Curso igual ou maior que três.</i>	<i>Atendimento do quesito, conforme apresentado no quadro 1, do título 3, do presente parecer.</i>
<i>Art. 13, II</i>	<i>Conceito igual ou maior que três em cada uma das dimensões do Conceito do Curso. Obs.: Conforme dita o § 4º, do art. 13, da Portaria Normativa nº 20/2017, será considerado como atendido esse critério na hipótese de obtenção de conceito igual ou superior a 2,8 em uma única dimensão, desde que as demais, e o conceito final, sejam iguais ou superiores a 3.</i>	<i>Atendimento do quesito, obteve conceitos maiores do que 3 nas três Dimensões, conforme apresentado no quadro 1, do título 3, do presente parecer.</i>
<i>Art. 13, IV, a</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 1.4: Estrutura Curricular</i>	<i>Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação.</i>
<i>Art. 13, IV, b</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 1.5: Conteúdos Curriculares</i>	<i>Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação.</i>
<i>Art. 13, IV, c</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 1.6: Metodologia</i>	<i>Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação.</i>
<i>Art. 13, IV, e</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 1.16: Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC</i>	<i>Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação.</i>
<i>Art. 13, IV, d</i>	<i>Conceito igual ou maior que três no Indicador 1.17: Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)</i>	<i>Atendimento do quesito, conforme relatório de avaliação.</i>

*Quanto ao número de vagas solicitado pela instituição, a comissão de avaliação apresentou as seguintes informações:*

*No item 25 da Análise Preliminar, que trata da quantidade de tutores a distância, que atuarão a partir da sede da IES, indicando a relação com o quantitativo de vagas pretendidas, consta o seguinte:*

<i>25. Informar a quantidade de tutores a distância, que atuarão a partir da sede da IES, indicando a relação com o quantitativo de vagas pretendidas, bem como a relação da formação com o curso em que atuará e a experiência em EaD.</i>	
<i>O PPC(2020), no item 4.15.3 (Atividades de Tutoria), cita que serão ofertadas dois tipos de tutoria: online e presencial. Porém, não cita a quantidade de tutores de cada tipo. Os docentes do curso, em um total de 10 (dez), serão os professores e os tutores, a saber: Bruno Coelho da Paz Mendes; Francisco Cristiano Lopes; Gustavo Sales; Aline Rizzi; Rafael de Oliveira; Tatiana Ramos da Cruz; Raphael Castro Lima; Geysse Mary Alves Augusto Lima; Rogério Alves Dias e Roberta Batista de Queiroz.</i>	
<i>Portanto, os docentes do curso serão professores e tutores.</i>	

*Na há indicação da quantidade de tutores à distância, que atuarão a partir da sede da IES, nem no PPC (2020) nem no PDI (2019-2020).*

*Os docentes do curso, professores e tutores, são:*

- *Aline Rizzi (Graduada em Letras; Especialização em Literatura Brasileira);*
- *Bruno Coelho da Paz Mendes (Graduado em Tecnologia da Informação; Graduando em Direito; Especialização em Políticas e Gestão em Segurança Pública e em Ciências Criminais; participou de cursos voltados a EaD);*
- *Francisco Cristiano Lopes (Graduado em Direito; Especialista em Direito Penal e Processual; Mestre em Direito; Doutorando em Ciência Política)*
- *Geyse Mary Alves Augusto Lima (Graduada em Direito; Pós-graduada lato sensu em Direito Processual Civil; Pós-graduada em Direito Tributário; Mestranda em Direito e Ciência Jurídico-Criminal);*
- *Gustavo Vitória Sales (Graduado em Direito; Pós-Graduação em Direito Constitucional; mestrando em Direito);*
- *Rafael de Oliveira (Graduado em Direito; Pós-Graduado Processual Civil; Mestre em Direito Constitucional);*
- *Raphael Castro Lima (Graduado em Direito; Pós-graduação lato sensu em Direito Notarial e Registral; em Direito Processual Civil; mestrando em Direito e Ciência Jurídica; mestrando em Educação e Formação a Distância);*
- *Roberta Batista de Queiroz (Graduada em Direito; Especialista em Direito Processual Civil; Mestre em Direito; Professora de Direito Civil e Direito Processual Civil do Grancursos Online – preparatório para concursos públicos e Exame de Ordem; Professora de Direito Civil do curso online para concursos de carreiras jurídicas do CPIURIS; Coordenadora do curso preparatório para Exame de Ordem do Grancursos Online).*
- *Rogério Alves Dias (Coordenador do curso; Graduado em Direito; Especialista em Direito Público; Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho; Mestre em Ciência Política; Doutorando em Direito);*
- *Tatiana Ramos da Cruz (Graduada em Direito; Pós-Graduada em Processo Civil; Penal e Processo Penal).*

*Dois docentes apresentaram experiência em EaD: Bruno Coelho da Paz Mendes e Roberta Batista de Queiroz.*

*Todos os docentes do curso foram capacitados por meio do curso online de FORMAÇÃO CONTINUADA EM TUTORIA E MEDIAÇÃO EAD, promovido pela EDUFOR – Consultoria Educacional, com duração de 90 horas/aula, cujo certificado de cada docente foi apresentado a essa Comissão de Avaliação, com data de 30 de março de 2021.*

*Relação dos tutores a distância com o quantitativo de vagas pretendidas = 2.000 vagas / 10 docentes = 200 vagas por docente.*

*No item 27 da Análise Preliminar, que trata da quantidade de tutores presenciais, que atuarão nos polos EaD, indicando a relação com o quantitativo de vagas pretendidas, consta o seguinte:*

27. Informar a quantidade de tutores presenciais, que atuarão nos polos EaD, quando for o caso, indicando a relação com o quantitativo de vagas pretendidas, bem como a relação da formação com o curso em que atuará e a experiência em EaD.

*O PPC(2020), no item 4.15.3 (Atividades de Tutoria), cita que serão ofertadas dois tipos de tutoria: online e presencial. Porém, não cita a quantidade de tutores de cada tipo.*

*Os docentes do curso, em um total de 10 (dez), serão os professores e os tutores, a saber: Bruno Coelho da Paz Mendes; Francisco Cristiano Lopes; Gustavo Sales; Aline Rizzi; Rafael de Oliveira; Tatiana Ramos da Cruz; Raphael Castro Lima; Geyse Mary Alves Augusto Lima; Rogério Alves Dias e Roberta Batista de Queiroz.*

*Portanto, os docentes do curso serão professores e tutores.*

*Na há indicação da quantidade de tutores presenciais, que atuarão a partir da sede da IES, nem no PPC (2020) nem no PDI (2019-2020).*

*Os docentes do curso, professores e tutores, são:*

- Aline Rizzi (Graduada em Letras; Especialização em Literatura Brasileira);
- Bruno Coelho da Paz Mendes (Graduado em Tecnologia da Informação; Graduando em Direito; Especialização em Políticas e Gestão em Segurança Pública e em Ciências Criminais; participou de cursos voltados a EaD);
- Francisco Cristiano Lopes (Graduado em Direito; Especialista em Direito Penal e Processual; Mestre em Direito; Doutorando em Ciência Política)
- Geysel Mary Alves Augusto Lima (Graduada em Direito; Pós-graduada lato sensu em Direito Processual Civil; Pós-graduada em Direito Tributário; Mestranda em Direito e Ciência Jurídico-Criminal);
- Gustavo Vitória Sales (Graduado em Direito; Pós-Graduação em Direito Constitucional; mestrando em Direito);
- Rafael de Oliveira (Graduado em Direito; Pós-Graduado Processual Civil; Mestre em Direito Constitucional);
- Raphael Castro Lima (Graduado em Direito; Pós-graduação lato sensu em Direito Notarial e Registral; em Direito Processual Civil; mestrando em Direito e Ciência Jurídica; mestrando em Educação e Formação a Distância);
- Roberta Batista de Queiroz (Graduada em Direito; Especialista em Direito Processual Civil; Mestre em Direito; Professora de Direito Civil e Direito Processual Civil do Grancursos Online – preparatório para concursos públicos e Exame de Ordem; Professora de Direito Civil do curso online para concursos de carreiras jurídicas do CPIURIS; Coordenadora do curso preparatório para Exame de Ordem do Grancursos Online).
- Rogério Alves Dias (Coordenador do curso; Graduado em Direito; Especialista em Direito Público; Especialista em Direito Material e Processual do Trabalho; Mestre em Ciência Política; Doutorando em Direito);
- Tatiana Ramos da Cruz (Graduada em Direito; Pós-Graduada em Processo Civil; Penal e Processo Penal).

Dois docentes apresentaram experiência em EaD: Bruno Coelho da Paz Mendes e Roberta Batista de Queiroz.

Todos os docentes do curso foram capacitados por meio do curso online de FORMAÇÃO CONTINUADA EM TUTORIA E MEDIAÇÃO EAD, promovido pela EDUFOR – Consultoria Educacional, com duração de 90 horas/aula, cujo certificado de cada docente foi apresentado a essa Comissão de Avaliação, com data de 30 de maio de 2021.

Relação dos tutores a distância com o quantitativo de vagas pretendidas = 2.000 vagas / 10 docentes = 200 vagas por docente.

No indicador 1.20 do relatório, a comissão de avaliação, para o conceito satisfatório atribuído, apresentou as seguintes justificativas:

#### 1.20. Número de vagas.

Justificativa para conceito 2: O PPC (2020), seção 4.17, pág. 160, trata do número de vagas previstas/implantadas, onde comenta sobre estudos quantitativos e qualitativos para adequação das vagas em relação ao corpo docente e para adequação das vagas em relação à infraestrutura física e tecnológica, trazendo mais justificativas qualitativas para cada adequação. Além disso, a IES apresentou um “RELATÓRIO DE ANÁLISE E ADEQUAÇÃO DO CORPO DOCENTE E TUTOR PELO NDE – NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM SERVIÇOS JURÍDICOS EAD”, porém sem comprovação da adequação à dimensão do corpo docente e às condições físicas e tecnológicas. A IES possui atualmente um polo EaD, mas planeja expandir para mais 23 (vinte e três) polos. Sempre na modalidade à distância, a IES iniciará suas atividades no polo de Taguatinga, distrito de Brasília, DF, mas, conforme PDI (2019-2023), pgs. 86 e 87, pretende instalar 23 (vinte e três) novos polos presenciais de seus cursos na modalidade à distância, sendo 21 em Estados da Federação; um no Distrito Federal, em Paranoá; e outro no exterior, em Napula, Moçambique. O número de vagas pretendido parece adequado quando do aumento do número de polos, porém, para um único polo, como o atual, parece excessivo, tendo em vista que a relação do número de vagas pretendido por docente, atualmente, é de 200, enquanto pesquisas mostram que, no máximo, 100 alunos por tutor seja admissível.

*Considerando a análise documental e o resultado do relatório de avaliação, constata-se que o pedido atendeu, no âmbito sistêmico e global, suficientemente aos requisitos legais e normativos, obtendo médias satisfatórias nos indicadores avaliados.*

## **5. CONCLUSÃO**

*Diante do exposto, por estar em consonância com os requisitos dos Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e nos termos das Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, esta Secretaria manifesta-se pelo deferimento do pedido de autorização do Curso - 1510639 - SERVIÇOS JURÍDICOS (experimental), TECNOLÓGICO, com Turno: Não aplica - Vagas: 1500 vagas totais anuais, ministrado pelo(a) FACULDADE ALVES LIMA, com sede no endereço: Quadra CSG 9, Q CS CSG 9, St. G Sul Q CS CSG 9, Taguatinga Sul (Taguatinga), Brasília/DF, mantido(a) pelo(a) IEJUR - EDUCACAO SUPERIOR - GRADUACAO E POS-GRADUACAO LTDA.*

*Coordenação Geral de Regulação da Educação Superior a Distância  
COREAD/DIREG/SERES/MEC*

*A IES deverá observar a legislação educacional, destacando-se os requisitos abaixo relacionados:*

- a oferta de cursos EaD sem atividades presenciais, conforme previsão do §1º, do art. 8º, da Portaria Normativa nº 11/2017, será permitida tão somente após a expedição de norma específica pelo MEC.*
- o cumprimento de diretrizes curriculares nacionais, quando existentes para o curso, incluindo carga horária mínima exigida;*
- o atendimento às diretrizes e ao Catálogo Nacional, incluindo carga horária mínima, quando se tratar de um Curso Superior de Tecnologia;*
- o atendimento à legislação específica sobre tempo de integralização mínimo exigido para o curso;*
- o atendimento à legislação específica sobre obrigatoriedades de estágio, TCC e atividades complementares, quando pertinentes.*
- o atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (Resolução CNE/CP Nº 01 de 17 de junho de 2004);*
- a manutenção de todo o corpo docente com, no mínimo, titulação de pós-graduação lato sensu;*
- a manutenção da disciplina LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) na estrutura curricular, nos termos do Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005;*
- a manutenção das condições de acesso para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida (Dec. 5.296, de 2 de dezembro de 2004);*
- o atendimento às Políticas de Educação Ambiental (Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 e Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002);*
- a divulgação de informações acadêmicas sobre o curso (Portaria Normativa Nº 23, de 21 de dezembro de 2017).*

*Os locais de oferta são os endereços constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o que dispõe o Decreto nº 9.057/2017 e a Portaria Normativa MEC nº 11/2017.*

*O não cumprimento de uma ou mais destas exigências legais poderá acarretar processo de supervisão pelo Ministério da Educação.*

### Considerações do Relator

A avaliação *in loco* realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), com resultado expresso sinteticamente no quadro abaixo, mostra que a IES tem boas condições para ofertar cursos superiores na modalidade EaD.

<b>Quadro 1: Conceito Final e dos Eixos do Relatório de Avaliação</b>	
<b>Eixos/Conceito Final</b>	<b>Conceito</b>
Eixo 1: Planejamento e Avaliação Institucional	3,67
Eixo 2: Desenvolvimento institucional	3,86
Eixo 3: Políticas acadêmicas	4,89
Eixo 4: Políticas de gestão	4,86
Eixo 5: Infraestrutura	3,83
<b>Conceito Final Faixa</b>	<b>4,0</b>

Em relação ao curso pleiteado, a SERES se manifesta nos seguintes termos:

[...]

*Diante do exposto, por estar em consonância com os requisitos dos Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e nos termos das Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, esta Secretaria manifesta-se pelo deferimento do pedido de autorização do Curso - 1510639 - SERVIÇOS JURÍDICOS (experimental), TECNOLÓGICO*

Com base no exposto acima, encaminho meu voto favorável ao credenciamento da Faculdade Alves Lima (FAAL) para a oferta de cursos superiores na modalidade EaD.

### II – VOTO DO RELATOR

Nos termos do Decreto nº 9.057/2017 e da Portaria Normativa MEC nº 11/2017, voto favoravelmente ao credenciamento, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, da Faculdade Alves Lima (FAAL), com sede na Quadra CSG 9, Taguatinga Sul, em Brasília, no Distrito Federal, mantida pelo IEJUR – Educação Superior – Graduação e Pós-Graduação Ltda., com sede em Brasília, no Distrito Federal, observando-se tanto o prazo de 4 (quatro) anos, conforme dispõe a Portaria Normativa MEC nº 1, de 3 de janeiro de 2017, quanto a exigência avaliativa prevista no Decreto nº 9.235/2017, com abrangência de atuação em sua sede e nos eventuais polos a serem criados pela instituição, a partir da oferta do curso superior de tecnologia em Serviços Jurídicos, com o número de vagas totais anuais a ser fixado pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).

Brasília (DF), 9 de dezembro de 2021.

Conselheiro Joaquim José Soares Neto – Relator

### **III – DECISÃO DA CÂMARA**

A Câmara de Educação Superior aprova, por unanimidade, o voto do Relator.  
Sala das Sessões, em 9 de dezembro de 2021.

Conselheiro Joaquim José Soares Neto – Presidente

Conselheira Marília Ancona Lopez – Vice-Presidente